



COTAV: MUITOS PEDIDOS PARA POUCAS VAGAS

Páginas 4 e 5

REI ESTÁ NU



Relatório da Câmara Federal desnuda a administração do ministro Weintraub e mostra que o MEC está paralisado, que a equipe de gestores tem formação precária, que há desperdício de recursos e poucas iniciativas concretas. Com 273 páginas, o documento mergulha em dados, diseca as políticas públicas e conclui que “o planejamento e a gestão estão muito aquém do esperado e são insuficientes para dar conta dos desafios educacionais do país”. No grupo de analistas, não há parlamentar do PT, PSOL ou PCdoB. A seguir, alguns trechos do diagnóstico assinado pelos deputados:



GESTÃO

■ O planejamento e a gestão do MEC estão muito aquém do esperado. O Ministério ainda não apresentou o Planejamento Estratégico de 2019. Diversas metas do Plano Nacional de Educação estão atrasadas, sem sequer um plano de ação para atingi-las. Nem todas as Secretarias publicaram seus planos de trabalho e os publicados não apresentam priorizações prazos ou responsáveis para as ações. As mudanças na estrutura organizacional criaram fragmentação nas políticas e lacunas de atuação.



ORÇAMENTO

■ Baixa execução orçamentária em diversos programas. Ações importantes, como a de “Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica”, tiveram execução próxima a zero até julho de 2019. No mesmo período, foram executados apenas 4,4% do montante para investimentos — o valor gasto foi de menos da metade do liquidado no mesmo período de 2018. A implementação de políticas de Educação de Jovens e Adultos teve execução orçamentária próxima de apenas 1% até novembro de 2019



EQUIPE

■ Houve registro de diminuição no nível de escolaridade dos comissionados no MEC. Em relação aos últimos governos, a atual gestão apresenta o menor número de agentes com experiência em gestão pública e em instituições com temáticas relacionadas à educação. Os dados indicam maior rotatividade nos cargos, apontando para baixa qualidade no recrutamento, o que resulta em descontinuidade das atividades e instabilidade nas políticas públicas.



UNIVERSIDADE

■ As iniciativas do governo nos processos de nomeação de reitores e na distribuição de recursos de forma arbitrária e de contingenciamento seletivo em Universidades colocam em risco a autonomia garantida na Constituição. Com a implementação do “teto de gastos federais”, os recursos próprios obtidos pelas Ifes não estão sendo revertidos às universidades que os arrecadam. O projeto Future-se apresenta fragilidades e inconsistências no que tange à sustentabilidade e viabilidade da proposta.



EDUCAÇÃO BÁSICA

■ Ainda que elencada como prioridade, a Política Nacional de Alfabetização não tem um plano de ação e nenhum dos entes federados sabe como e quando esta chegará às escolas. Não existe uma Política de Formação Docente sistêmica e falta articulação entre as Secretarias e Órgãos vinculados ao MEC nas ações de formação docente. Apesar de as avaliações periódicas e o Enem estarem sendo realizados, é alarmante a falta de transparência na Comissão que avalia o Banco de questões.

EDITORIAL

MAIS UM GOLPE: CAPES CORTA NOVAS VAGAS DE MESTRADO PROFISSIONAL

DIRETORIA

Nesta semana, a CAPES anuncia um golpe duríssimo no seu principal braço de apoio à formação continuada de professores da rede básica de ensino (pré-escolar, fundamental e médio). Proibiu os programas de pós-graduação profissional de realizarem processo seletivo para o ingresso de novos alunos no semestre de 2020/1. Para todos os mestros profissionais? Não. Somente aqueles cujo público-alvo são os professores da rede básica de ensino público tais como o PROFHISTÓRIA, PROFBIO, PROFARTES, PROFEDFÍSICA, PROFQUÍMICA, PROFÍSICA, PROFMAT, PROFLETRAS, PROFILO, PROFSÓCIO, PROFEL. Estes são os principais Programas de Mestrados Profissionais para Qualificação de Professores da Rede Pública de Educação Básica (PROEBs).

Os PROEBs formam em seu conjunto uma importantíssima experiência de articulação entre a pesquisa de excelência que se produz nas universidades pú-

blicas e a rede pública da Educação Básica no país. Esses programas possuem ampla aceitação em todo o país, atraem milhares de professores da rede básica para suas seleções, que são realizadas em âmbito nacional, acolhem experiências inovadoras, renovam a capacidade de atuação desses profissionais e ainda incorporam no sistema de pós-graduação uma quantidade significativa de docentes das universidades envolvidos diretamente com o ensino fundamental e médio do país.

Ao mesmo tempo, o senhor Presidente da CAPES, Anderson Correia, comemorou que os recursos da CAPES destinados em 2019 a programas de formação de professores da educação básica aumentaram 45,5% em relação a 2018, saltando de R\$ 534 milhões para R\$ 776 milhões em audiência interativa da Comissão de Educação do Senado. Ainda ressaltou: "Essa expansão de investimento é resultado da prioridade que o governo dá à formação dos docentes". Ainda na matéria, há informação de que, atualmente, a CAPES oferece 100 mil bolsas para a formação de professores da educação básica e que, em breve, 80 mil novas bolsas serão abertas. Por que proibir a seleção de novos mestrandos se o sistema de bolsas está expandindo?

As últimas declarações do senhor que ocupa a pasta do Ministério da Educação não nos deixam dúvidas de que a universidade pública e o seu sistema de pós-graduação são o alvo preferencial de suas mentiras e de ataques desproporcionais e inconsistentes. Mais grave do que sua incontrolável verborragia, entretanto, são as ações do governo e a política que vem sendo implementada pela CAPES. São elas que explicitam de fato aquilo que se pretende no país. Sob a cortina de fumaça que visa alimentar uma parte da população assustada com a "devassidão" da vida universitária, os atuais donos do poder executam uma política impiedosa de destruição da educação pública no país. Não há outra forma de definir o que está sendo feito. Suspenda a seleção para os mestros profissionais não tem outra explicação. A falsa dicotomia entre investimento nas universidades e investimento na educação básica encontra aqui a sua perfeita tradução: ela nada mais é que uma desculpa, e esfarrapada, para consolidar o que todas as últimas reformas propostas por esse governo significam. Estamos diante de um crescente e violento desmantelamento de todo o aparato estatal de proteção ao cidadão.

IMAGENS DA SEMANA

PARAIÓPOLIS: O NOVO CENÁRIO DA BARBÁRIE AUTORIZADA

■ Nove jovens morreram numa violenta dispersão de um baile funk na favela Paraiópolis, na zona sul paulistana. Policiais usaram bombas de efeito moral e balas de borracha contra a multidão. Os jovens tinham entre 14 e 19 anos e um sonho em comum: ter uma vida melhor. "Vou ser um dos favelados que vai conquistar o mundo. Vou ser pra minha mãe o motivo de tanto orgulho", escreveu Denny Guilherme, de 16 anos, numa rede social meses antes de morrer.



AGENDA

10/12
10H

RESIDÊNCIA POÉTICA com Carlos de Assumpção, na EEFD. O evento tem apoio da AdUFRJ.

16/12
10H

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ Auditório Leopoldo de Meis (CCS)

GOVERNO AVANÇA SOBRE AUTONOMIA DAS UNIVERSIDADES

■ Muito barulho em troca de muito pouco. Na sexta-feira (29), o MEC chamou a imprensa para anunciar um pomposo projeto de "valorização da eficiência e da qualidade nas universidades". O objetivo é liberar R\$ 125 milhões, ainda em 2019, para obras em andamento e em energia limpa nos campi. Um número baixo, considerando todas as universidades federais. Maior do país, a UFRJ vai receber apenas R\$ 1,572 milhão. A iniciativa do governo também restringe os gastos com obras a 35%. No caso da UFRJ, o percentual representa R\$ 550 mil e a instituição ainda estuda onde aplicar o dinheiro. "Estamos fazendo o levantamento. Para obras, é muito pouco. Tenho várias em andamento, mas pre-

ciso de muito mais que isso", afirmou o pró-reitor de Planejamento e Finanças, professor Eduardo Raupp. O restante, quase R\$ 1 milhão, deve ser gasto em placas fotovoltaicas, o que também está em análise. Raupp chama atenção para o risco à autonomia embutido no projeto, que não foi discutido com as universidades: "O problema é que se inaugura outro modelo de distribuição. O MEC centralizou um recurso e decidiu como as universidades vão gastar", disse. "E bem em cima da hora", acrescentou, em relação às dificuldades para fazer as indicações de despesa em um fim de ano. Para transferir o orçamento às instituições, o principal critério utilizado pelo MEC foi o menor



SEM DIÁLOGO universidades não foram consultadas sobre projeto

custo por aluno. O indicador é questionado pelo pró-reitor. "Neste cálculo, as universidades que têm pesquisa e hospital despencam. Se você olhar a distribuição, em geral, as grandes universidades estão fora das melhores classificações; as que estão bem classificadas são as menores e mais novas. A Universidade Federal do ABC, criada em 2005 e que possui aproximadamente 15 mil alunos (sem hospital), está em

primeiro lugar na classificação do programa e deve receber R\$ 3,023 milhões – quase o dobro da UFRJ.

O valor atribuído pelo ministério à maior federal do país no custo por aluno, quase R\$ 40 mil, também é criticado pelo pró-reitor. "Dá um valor mais alto que o do Tribunal de Contas da União, que diz que nosso custo fica na casa dos 30 mil", afirma Raupp.

ANDIFES AVALIA NO DIA 5

Secretário executivo da associação nacional dos reitores (Andifes), Gustavo Balduino confirma que a entidade não foi consultada pelo MEC para elaborar o programa. A iniciativa será avaliada em reunião do Conselho Pleno da Andifes, no dia 5. (Kelvin Melo)

Relatório expõe inépcia da gestão Weintraub no MEC

> Documento revela face do Ministério da Educação do bolsonarismo. Relatório destaca descontinuidade de políticas, ataque às universidades, instabilidade e falta de planejamento

SILVANA SÁ
silvana@adufjr.org.br

Um relatório de 273 páginas, elaborado por comissão especial da Câmara dos Deputados, analisa as políticas do Ministério da Educação, diseca os dados e enumera graves falhas da gestão Weintraub. Falta de continuidade das ações, incapacidade profissional e pouca experiência da equipe técnica, ausência de planejamento, baixíssima execução orçamentária, pouca clareza das metas, ameaças à autonomia universitária. A lista é grande. É a primeira vez que um documento formulado por parlamentares faz um diagnóstico profundo da gestão do mandatário da pasta.

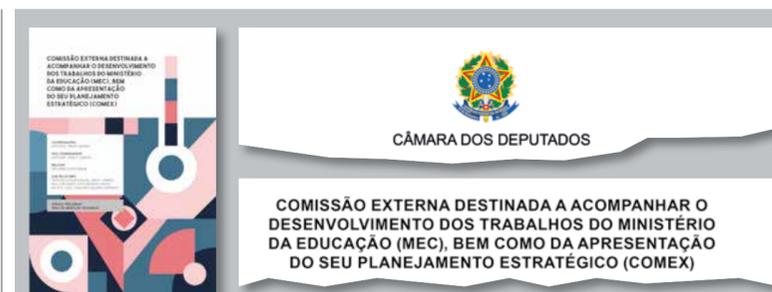
"Em resumo, 2019 foi um ano perdido para a educação brasileira", lamenta o relator, deputado Felipe Rigoni (PSB-ES), um dos nove parlamentares responsáveis pela elaboração do texto. Nenhum deles é do PT, PSOL ou PCdoB, principais partidos de oposição ao governo federal. A presidente da comissão é a deputada Tabata Amaral (PDT-SP).

O relatório apresenta 53 recomendações ao Executivo e 12 ao Legislativo, que podem ser concretizadas por meio de projetos de lei para a área. O deputado Rigoni está otimista em relação ao parlamento, mas não sabe se a pasta acatará as sugestões do documento. Deseja, no entanto, que o MEC trabalhe.

"Esperamos que haja uma correção dessa rota de planejamento e execução das ações na educação brasileira. E esperamos que no ano que vem o relatório seja positivo em relação às realizações do ministério".

O trabalho da comissão foi exaustivo. O relatório final se baseou em 38 Requerimentos de Informação, 12 reuniões técnicas, 9 audiências públicas, "além de múltiplas consultas a especialistas e um minucioso trabalho analítico de documentos oficiais". Os deputados tentaram ouvir o ministro. Em vão.

"A Comissão enviou, em 22 de maio de 2019, ofício de número 01/2019-P, em que requer visita ao gabinete do Ministro, ao que não obteve resposta. Adicionalmente, convidou o Ministro no segundo semestre do ano para participação em Audiência Pública sobre as ações do Ministério, presença que foi desconfirmada minutos antes da reunião pública", resume o documento



O aspecto mais evidenciado na etapa de diagnóstico foi a constatação de que o planejamento e a gestão do MEC estão muito aquém do esperado. Evidência disso é que o Ministério ainda não apresentou Planejamento Estratégico contemplando o ano de 2019 e diversas metas do Plano Nacional de Educação (PNE) estão atrasadas, sem sequer um plano de ação para atingi-las. Ainda nessa dimensão, nem todas as Secretarias publicaram seus planos de trabalho e os publicados não apresentam priorizações, clareza nas metas, prazos ou responsáveis para as ações propostas. As mudanças na estrutura organizacional criaram fragmentação nas políticas e lacunas de atuação em áreas fundamentais.

Outro fator preocupante é a baixa execução orçamentária em diversos programas. Ações importantes, como a de "Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica", tiveram execução próxima a zero até julho de 2019. No mesmo período, foram executados apenas 4,4% do montante para investimentos do MEC — o valor gasto foi de menos da metade do liquidado no mesmo período de 2018.

Ademais, quando comparada aos últimos dois governos, a atual gestão apresenta o menor número de agentes em cargos de confiança com experiência no setor público, experiência em áreas relacionadas a educação – seja em empresas, organizações da sociedade civil ou setor público. O MEC (Administração Direta) e o Inep apresentam servidores em cargos estratégicos com o menor nível de escolaridade se comparado às duas gestões anteriores. Quanto à composição dos cargos por sexo, os de maior nível hierárquico são ocupados em grande maioria por homens, enquanto os cargos de nível inferior são ocupados por pessoas do sexo feminino.

• Não existe uma Política de Formação Docente sistêmica e falta articulação entre as Secretarias e Órgãos Vinculados ao MEC nas ações da área;

• Os dados do Portal da Transparência indicam maior rotatividade nos cargos comissionados da atual gestão do MEC em comparação com governos anteriores, apontando para baixa qualidade no recrutamento e dificuldades na retenção do corpo técnico, o que resulta em descontinuidade das atividades e instabilidade nas políticas públicas.

• Os Planos de Trabalho do Ministério são pouco robustos e, de maneira geral, não apresentam especificidade nas priorizações, tampouco clareza nas metas, bem como não estabelecem responsáveis ou prazos para cumprimento das ações propostas. Os Planos de Trabalho também não especificam adequadamente os mecanismos de avaliação e monitoramento das ações a serem adotadas.

em seu primeiro capítulo.

O texto é objetivo e dividido entre diagnóstico de cada uma das áreas e propostas temáticas.

A análise evidencia que "o planejamento e a gestão do MEC estão muito aquém do esperado". Os parlamentares justificam a afirmação: o ministério não apresentou Planejamento Estratégico de 2019; metas do Plano Nacional de Educação estão atrasadas, sem plano de

ação para atingi-las; secretarias sem planos de trabalho ou com planos que "não apresentam priorizações, clareza nas metas, prazos ou responsáveis para as ações propostas".

No tocante às universidades, o relatório afirma que tanto os seletivos contingenciamentos, quanto a interferência nos processos de escolha e nomeação de reitores das universidades e institutos federais colocam em

risco a autonomia preconizada na Constituição.

Outro problema apontado pelo documento se refere ao teto de gastos, fixado pela Emenda Constitucional 95. De acordo com a análise, este dispositivo penaliza as universidades. O efeito da emenda faz com que os recursos próprios "obtidos pelas Ifes (para além do orçamento disponibilizado pelo MEC) sejam utilizados

para economia de resultado primário, não sendo revertidos às Ifes que os arrecadam".

O Future-se (programa apresentado pelo MEC em agosto para as universidades e institutos federais) foi descrito como proposta que "apresenta fragilidades e inconsistências no que tange à sustentabilidade e viabilidade". E que pode gerar, como consequências, o aumento da desigualdade entre as instituições federais de ensino e a maior fragilização da autonomia universitária.

Ganhou destaque também a inoperância financeira da pasta. Os parlamentares apontam que as universidades foram as que mais sofreram com contingenciamentos. De acordo com o documento, "na esfera federal, os valores contingenciados em 2019 superam os dois anos anteriores".

Houve críticas às execuções orçamentárias aquém das necessidades das diferentes áreas educacionais. No caso das políticas para Educação de Jovens e Adultos, por exemplo, os parlamentares descobriram que até novembro o MEC gastou apenas 1% do previsto para este fim. Ações de "Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica", segundo o relatório, tiveram execução próxima a zero até julho de 2019. "No mesmo período, foram executados apenas 4,4% do montante para investimentos do MEC". O valor é menos da metade do liquidado no ano passado, pela gestão Temer.

Também não fugiu ao crivo da equipe a política de pessoal adotada por Weintraub. O documento critica de maneira enfática a queda na escolaridade de quadros técnicos com cargos de confiança e destaca a falta de experiência em áreas relacionadas à educação. "Além disso, o número de exoneração nos cargos de confiança, flagrantemente superior à gestão anterior, denota instabilidade e falta de continuidade na gestão atual".

A educação básica ganhou especial atenção no relatório final. "Ainda que elencada como prioridade, a Política Nacional de Alfabetização (PNA) não foi implementada e tampouco foi apresentado um plano de ação". Rigoni considera que a elaboração do documento resgata a função do parlamento, de fiscalização do Executivo. "Mostra que a gente está preparado para acompanhar, fiscalizar e, naturalmente, ajudar na execução".

O relatório, cuja íntegra pode ser acessada no site da AdUFRJ, só deve ser votado na próxima semana.

Cotav: quase três vezes mais pedidos do que vagas

> Unidades solicitaram 661 vagas, mas só foram disponibilizadas 226: 120 agora e 106 “à medida que surjam novas aposentadorias”. Decisão sobre distribuição caberá ao Consuni do dia 12

ELISA MONTEIRO
elisamonteiro@adufrrj.org.br

Os colegiados acadêmicos CEG e CEPG aprovaram, dia 29, a proposta da Comissão Temporária de Alocação de Vagas (Cotav) do próximo concurso docente. A decisão agora é do Conselho Universitário, marcado para quinta-feira, 12.

Os números finais demonstram que não haverá margem para a expansão de qualquer unidade. E uma parte delas sequer vai recuperar as vagas sofridas desde 2017, quando houve a última distribuição – única na gestão do ex-reitor Roberto Leher.

Quarenta e seis unidades solicitaram 661 novos professores e registraram 264 vagas nos últimos dois anos. Mas a reitoria confirmou que só poderão ser feitos 120 concursos de forma imediata. Outros 106 seriam realizados “à medida que surjam novas aposentadorias” (confira na tabela da página ao lado). Foi o que informou a presidente da Comissão, professora Mônica Moreira, durante a sessão CEG/CEPG. “Na última edição da Cotav, distribuímos 277 vagas”, frisou.

Uma das principais polêmicas diz respeito à Medicina e à Coppe, unidades que vão receber menos de 50% das vagas sofridas.

“Tivemos 31 vagas, mas recebemos duas. Não chegamos a 10% da demanda”, inter-



CEG E CEPG colegiados aprovaram a proposta da Comissão Temporária de Alocação de Vagas, em reunião conjunta realizada no dia 29

veio a professora Nathalie Cane-do, da Medicina e representante do Centro de Ciências da Saúde no CEG, durante a sessão conjunta. Já a Coppe teve 16 vagas e só ganhou uma vaga.

Mônica Moreira lamentou o prejuízo para os cursos. Sobre a Medicina, destacou a “visibilidade social” da graduação para a universidade. Já em relação ao Centro de Tecnologia, frisou ser o centro que “mais está envelhecendo, seguido pelo CCS e CCMN”. Para exemplificar, citou o maior peso do abono permanente: 27,7% do atual quadro docente do CT, contra 18,5% no caso do CCS e 18,1%, no CCMN.

Cursos menores também se julgaram preteridos. A diretora

do Instituto de Macromoléculas (IMA), professora Maria Inês Tavares, relatou ter cedido um docente ao Instituto de Química em 2016. Mas a reposição foi negada na Cotav de 2017. O IMA esperava reverter a perda na nova rodada de concursos de 2019. A pressão é reforçada pela iminência de uma aposentadoria compulsória (de 75 anos) em 2020. “Não ficamos com nenhuma vaga, nem na primeira nem na segunda lista”, lamentou a docente. “Temos cinco aprovados em edital vigente. Não haveria sequer custo para a universidade de um novo concurso”.

Em entrevista à AdUFRJ, a professora Mônica explicou al-

guns princípios que norteariam a partilha deste ano. “Infelizmente, mesmo tendo muito trabalho, unidades sem vagas não foram cobertas. Temos unidades com 16 aposentadorias. Não seria justo tirar uma vaga delas para dar a outra sem nenhum aposentado”. Foi o caso do Instituto de Macromoléculas. “Ficamos sensibilizados, é uma pós-graduação nível sete, mas só tínhamos 226 vagas para distribuir.” Outro ponto que guiou os trabalhos da Cotav foi não avaliar as solicitações das unidades que não enviaram relatórios.

Conselheiros expressaram preocupação com o “cobertor curto”. “Não existe solução possível para a Cotav, porque temos

um problema impossível. E que só vai piorar: a universidade está envelhecendo, com uma substituição de um concurso para cada duas aposentadorias. Se os docentes mais jovens passarem toda a vida na instituição, teremos que sobreviver com metade do corpo docente em trinta anos”, resumiu Gregório Munoz, representante do CCMN no CEPG.

RESERVA TÉCNICA

A reitoria ainda conta com uma reserva técnica para ajustes. Em edição anterior do **Jornal da Adufrrj**, a administração central informou que destinaria suas 13 vagas para a reposição do campus Macaé.

PROPOSTA CEG/CEPG

CENTROS	UNIDADES	VAGAS SOLICITADAS	VACÂNCIAS	NÚMERO DE VAGAS DA 1ª CHAMADA	NÚMERO DE VAGAS DA 2ª CHAMADA
CCJE	Faculdade de Direito	11	4	2	2
CCMN	Instituto de Matemática	35	13	5	8
CCS	Instituto de Ciências Biomédicas	15	6	3	3
CLA	Faculdade de Letras	48	11	5	6
CCJE	Faculdade de Administração e Ciências Contábeis	16	17	5	11
CT	Escola Politécnica	40	14	5	9
CLA	Faculdade de Arquitetura de Urbanismo	23	10	6	4
CFCH	Instituto de Psicologia	27	4	3	1
CFCH	Escola de Comunicação	15	5	3	2
CLA	Escola de Belas Artes	21	10	6	4
CFCH	Instituto de Filosofia e Ciências Sociais	19	12	5	7
CCS	Escola de Educação Física e Desportos	13	11	5	6
CCJE	Instituto de Economia	9	9	5	4
CFCH	Faculdade de Educação	14	4	2	2
CCJE	Instituto de Relações Internacionais e Defesa	8	1	1	0
CFCH	Instituto de História	10	5	4	1
	Macaé	59	15	7	8
CFCH	Escola de Serviço Social	12	7	4	3
CCMN	Instituto de Física	4	4	2	2
CCS	Núcleo de Tecnologia Educacional p/ Saúde	5	1	1	0
CT	NIDES	4	1	1	0
CCS	Núcleo de Bioética Aplicada	6	0	0	0
CCMN	Instituto de Química	14	9	1	3
CCS	Instituto de Psiquiatria	8	0	0	0
CFCH	NEPDH	3	1	1	0
CCMN	Instituto de Geociências	13	8	3	2
CCMN	Observatório do Valongo	3	1	2	0
	Duque de Caxias	5	1	1	0
CT	Escola de Química	8	4	2	2
CCS	Instituto de Pesquisa de Produtos Naturais	6	2	2	0
CCJE	Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa Administrativa	10	3	2	1
CT	Instituto de Macromoléculas	9	0	0	0
CCJE	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano Regional	6	2	1	1
CCS	Instituto de Biologia	10	7	3	2
CCS	Instituto de Estudos da Saúde Coletiva	3	2	3	0
CCS	Faculdade de Farmácia	4	2	1	1
CCS	Instituto de Nutrição	5	2	2	0
CCS	Instituto de Bioquímica Médica	5	2	2	0
CCS	Instituto de Microbiologia	4	0	0	0
CCS	Escola de Enfermagem	18	5	2	2
CCS	Faculdade de Odontologia	16	6	2	2
CLA	Escola de Música	4	4	3	1
CCS	Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho	7	5	1	2
FCC	Museu Nacional	10	3	3	0
CCS	Faculdade de Medicina	60	31	2	2
CT	Coppe	16	16	1	2
	TOTAL (46 unidades)	661	264	120	106
	Total UFRJ (65 unidades)				

ENTREVISTA | MÔNICA MOREIRA, PRESIDENTE DA COTAV

‘A UFRJ DEVE FAZER BEM E RÁPIDO ESSES CONCURSOS’

Em entrevista ao **Jornal da Adufrrj**, a professora Mônica Moreira fez uma avaliação do processo de distribuição das vagas docentes até o momento. Para ela, a novidade de solicitar às unidades quantos professores seriam necessários para uma expansão elevou bastante a demanda. Mônica cobra pressão da universidade para a realização dos próximos concursos, diante da atual conjuntura política.

■ **Jornal da Adufrrj - Qual é o balanço da Cotav 2019?**

● **Mônica Moreira** - A Cotav foi feita de emergência. A reitoria enviou os questionários para as unidades, recolheu em um tempo bem rápido e instalou a Comissão. Ela tinha receio de que as vagas fossem recolhidas (pelo governo). O que ficou acordado no CEG e no CEPG foi usar os mesmos critérios da Cotav de 2017 para acelerar o processo. Mas cobrimos boa parte da demanda.

■ **Por que tanta discrepância entre os pedidos e vagas oferecidas?**

recidas?

● Essa foi a primeira Cotav em que pedimos às unidades para onde querem expandir seu campo de conhecimento tanto em termos de graduação, quanto pós e extensão. Isso elevou um pouco o número. Também tem aquela coisa de pedir 20 vagas para receber dez. E o número fica superestimado. Há também o problema do déficit histórico por vagas. Ele é sempre muito difícil de recuperar, porque a cada Cotav é como se morresse todas as vagas anteriores. E começa do zero. As unidades têm muito bem registrado se

perdeu ou ganhou professor na Cotav, ainda mais nessa que foi realizada muito em cima da anterior, em 2017.

● Algumas unidades, apesar de trabalharem muito, acabaram prejudicadas pela fórmula. A fórmula prevê um número de turma ideal, com 28 alunos. E o que acontece é que unidades como a Medicina ou o Instituto de Química tem uma realidade de relação muito menor, com 6 ou 12 estudantes. Então, quando faz a divisão por esse padrão, a

■ **Por que Coppe e Medicina receberam tão menos vagas?**

● Inicialmente, a reitoria só disponibilizou 100 vagas. Mas quando verificamos a situação das aposentadorias na UFRJ – 337 vagas – passamos de 100 para 120. A universidade registrou mais ou menos 12 vagas. E disparar os concursos em seguida. A minha avaliação é que a universidade deveria correr e se empenhar muito para fazer bem e rápido esses concursos para suprir o quadro antes que mais alguma coisa aconteça nesse país. (Elisa Monteiro)

■ **Por que a distribuição ficou dividida em duas etapas?**

● A ideia é publicar esse edital em março. E disparar os concursos em seguida. A minha avaliação é que a universidade deveria correr e se empenhar muito para fazer bem e rápido esses concursos para suprir o quadro antes que mais alguma coisa aconteça nesse país. (Elisa Monteiro)

FERNANDO SOUZA



■ **Qual a expectativa de calendário?**

● A ideia é publicar esse edital em março. E disparar os concursos em seguida. A minha avaliação é que a universidade deveria correr e se empenhar muito para fazer bem e rápido esses concursos para suprir o quadro antes que mais alguma coisa aconteça nesse país. (Elisa Monteiro)

CORTES EM MESTRADO PROFISSIONAL PARA PROFESSORES

■ As universidades que fazem parte da rede de Programas de Mestrados Profissionais para Qualificação de Professores da Rede Pública de Educação Básica (Proeb) terão que adiar o ingresso de novos participantes. A solicitação é da Capes. De acordo com ofício enviado no final de novembro, as universidades só terão recursos para novas vagas em agosto. A justificativa da Capes é orçamentária. Segundo a instituição, não é possível manter a sustentabilidade do programa com entradas em diferentes momentos do ano. A Capes paga três mil bolsas aos professores da rede básica em todo o país, totalizando R\$ 4,5 milhões mensais. Por e-mail, a assessoria da agência informou à reportagem

que o programa “está mantido”. E que o novo calendário foi estabelecido devido “à estruturação de gestão das entradas em todos os cursos”. afirmou que com a medida “fica assegurada a sustentabilidade orçamentária e financeira de custeio e bolsas”. Mas a comunidade acadêmica questiona a ação. “Quando você adia a entrada de novos professores no programa, você está na realidade economizando recursos. É, na verdade, um corte”, critica a pró-reitora de Pós-graduação e Pesquisa, professora Denise Freire. “Num contexto de deterioração da educação básica no Brasil, estes mestrados profissionais são fundamentais para a formação melhorada e continua-

da dos professores”, destaca a pró-reitora. Outra preocupação apontada pela pró-reitora é que muitos profissionais já contavam com o início do curso em março de 2020. Diversos editais já estavam em curso ou com seleção concluída. “Muitos professores pediram licença das suas escolas para realizar o mestrado. Isto gera um problema, inclusive jurídico, e uma desconfiância em relação a estes programas”, argumenta. Um dos programas que já realizou sua seleção é o de Química. O ProfQui congrega 18 universidades e institutos públicos em todo o país e é coordenado pela UFRJ. A professora Nadja Pa-raense, do Instituto de Química, lamenta a decisão da Capes. “In-

felizmente, tivemos que acatar a orientação. Não temos recursos financeiros suficientes”, afirma. O programa teve 245 professores selecionados em todo o país. Desse, cerca de 30% seriam contemplados com bolsas da Capes. “Além de não termos as bolsas, também ficamos sem o financiamento para a manutenção do curso, para materiais didáticos e outras ações de apoio”, conta a docente. As bolsas oferecidas são no valor de R\$ 1.500. Najla defende que o curso foi montado por demanda da própria Capes. E que agora vê inconsistência nas ações da agência. “São 245 pessoas que já haviam planejado suas vidas, que esperavam ingressar no mestrado a partir de março e

que agora estão diretamente prejudicadas. Mas não temos o que fazer”. O ProfHist, de História, que também é coordenado pela UFRJ, é outro curso que já está com a seleção concluída e não poderá iniciar a turma em março. Já os cursos de Matemática e de Letras estão em situação ainda mais dramática: estão suspensos desde agosto e sem autorização para lançar novo edital. Decana do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, a professora Cassia Turci também está preocupada com o adiamento do Proeb. “As pessoas fazem planejamentos, pedem licenças sem remuneração, deixam de pegar turmas. Fica tudo em suspense”. (Silvana Sá)

FOTOS: LUCAS ABREU



BARREIRAS As escadas representam um obstáculo para todos os cadeirantes que frequentam as dependências da universidade. No Palácio, não há uma rampa sequer

Muito distante da inclusão e da acessibilidade

> Obras de adaptação dos campi e contratação de mão de obra esbarram em dificuldades orçamentárias

LUCAS ABREU
comunica@adufrrj.org.br

Falta de sinalização sonora para pessoas cegas, poucas rampas para cadeirantes e reduzido número de intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Na semana em que se comemora o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência (3), a UFRJ mostra estar distante da plena inclusão de todos os seus estudantes e servidores na vida acadêmica. A situação também expõe uma das consequências mais graves da asfixia orçamentária a que estão submetidas as universidades federais.

A UFRJ conta com uma Diretoria de Acessibilidade (Dirac), ligada ao gabinete da reitora. Criada no final de 2017, atua como instância de acolhimento

e integração de alunos, técnicos e professores que tenham necessidades específicas, e executa ações que promovam a acessibilidade, como o replanejamento de espaços ou campanhas de conscientização a respeito do tema. A diretoria não tem os dados completos das pessoas com deficiência ligadas à UFRJ. Um censo começou a ser feito no começo deste mês.

Mas, de acordo com a diretora Amélia Rosauro, a atuação do Dirac acaba limitada por restrições orçamentárias, especialmente para obras de adaptação dos espaços dos campi. Outro problema é a falta de mão de obra, principalmente dos intérpretes de libras. “São apenas quatro intérpretes para atender a toda a universidade, e por questões legais, eles só podem trabalhar quatro horas por dia, em rezoamento com outro colega”,

explica. Enquanto não supera a barreira do dinheiro, a universidade faz o que pode: um dos programas da Dirac é o de facilitadores de aprendizagem, alunos que recebem um auxílio para se dedicar 20 horas por semana na atenção de um colega com deficiência para exercer algumas atividades. Hoje são 32 facilitadores atuando para um público estimado de 500 estudantes.

Outras iniciativas são mais antigas. Em 1993, a presença de um aluno cego no curso de computação gráfica provocou o professor José Antonio Borges. Ali começou a pesquisa que criou o Dosvox, sistema que permite aos cegos utilizarem um computador. “O Dosvox é um conjunto de soluções. Na época, os computadores não tinham placas de som. Então criamos um conjunto que transformasse bits em sons”, contou o professor. “Depois começamos a criar novas soluções, para navegação em internet, para jogos, e hoje ele é um sistema muito mais rico e complexo do que o que criamos em 1993”.

A experiência foi transformada para Borges, que hoje é chefe do Laboratório de Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologia Assistiva, o Tecnoassist. “Minha sensibilidade para pessoas com deficiência aumentou”, revelou.

Mais de 20 anos depois da criação do Dosvox, os benefícios proporcionados pelo sistema fazem diferença na vida de alunos da universidade. Um deles é Patrick Silva Barboza, de 21 anos, aluno do curso de engenharia de computação e informação e integrante do grupo de pesquisa do professor Borges. Patrick perdeu a visão ainda nos primeiros meses de vida. Em 2009, ainda na escola, começou a usar um computador graças ao sistema criado na UFRJ.

Mas, mesmo contando com tecnologias que o ajudam na vida acadêmica, Patrick afirma que há muito espaço para melhorias. Algumas delas dependem dos professores, que precisam repensar os cursos ao lidar com alunos cegos. “A matemática como estudamos ainda é muito visual, então é importante ter

adaptações”, explicou.

Patrick mora em Quintino e vem para o campus sozinho. Mesmo assim, ainda passa por dificuldades ao se deslocar nas dependências da universidade. “Não falo só de buracos nas calçadas, porque esse problema afeta a todos, deficientes ou não, mas faz falta uma sinalização melhor para pessoas cegas, como semáforos sonoros e piso tátil”, contou. “Eu sempre preciso de ajuda, por exemplo, para saber onde fica a minha sala de aula ou o banheiro” conta.

Além da falta de sinalização para pessoas cegas, a falta de acessos para cadeirantes é outro grave problema nas instalações dos campi. Nem todos os acessos aos prédios contam com rampas, e em alguns casos, como no CCMN, a rampa só é acessada pelo estacionamento, obrigando quem chega de transporte público a enfrentar dois lances de escada. Há casos como o do Palácio Universitário, na Praia Vermelha, onde todas as entradas são por escada, sem uma opção acessível.

ETU/UFRJ



Nassif defende ampla aliança contra Bolsonaro

> Jornalista político analisa crise institucional e papel da mídia no Brasil, durante evento na Associação Brasileira de Imprensa. Evento teve apoio da AdUFRJ

FOTOS: JOÃO LAET



ABI CHEIA duzentas pessoas acompanharam as reflexões de Nassif no auditório da associação

ELISA MONTEIRO
elisamonteiro@adufrrj.org.br

Um sistema institucional desregulado nas mãos de figuras públicas sem visão de país. O resumo do cenário político atual foi feito pelo premiado jornalista Luis Nassif na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), na noite de quarta-feira (27). Nassif foi convidado a debater “as ameaças à democracia e à soberania no Brasil”.

O jornalista recapitulou os fatos mais marcantes da história recente do país. E comparou os projetos políticos e econômicos dos últimos governos. Para Nassif, após a crise de 2008, o país governado por Lula cresceu nos dois aspectos. “O Brasil que emerge vira uma subpotência com seu *soft power*”, argumentou.

Internamente, na visão de Nassif, também existiu um empoderamento popular por meio de Conselhos e de Conferências. “Havia um modelo de democracia que estava em avanço”, disse.

Já no governo atual, há “uma mudança no eixo econômico para uma desregulamentação”. E a ausência de um projeto de país. “Esse é o ponto: acabar com exigências legais e abrir espaço para a informalidade ou para organizações criminosas”, avaliou.

Nassif não poupou a mídia no balanço sobre o processo de transição. Para ele, desde a cobertura do caso Mensalão, a imprensa “substituiu informações por factóides”, pavimentando o terreno para as fake news que depois dominaram os novos ambientes das redes sociais e do whatsapp. “Em qualquer país civilizado, a informação é sagrada. Aqui, a imprensa passa a desorganizar a informação”,

criticou. “Quando você destrói o sistema de comunicação, a democracia vai para o vinagre”, acrescentou.

A saída seria a construção de um novo pacto ampliado com o centro-direita. “Muita gente me pergunta como fazer aliança com quem apoiou o golpe. Não tem outro jeito. Se fizer autocrítica, não vai sobrar ninguém”, disse.

Cerca de duzentas pessoas acompanharam as reflexões de Nassif no auditório da ABI. A sessão, que contou com transmissão online, foi realizada pelo Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ), pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Município do Rio de Janeiro (SJPMPRJ) e pela ABI, com apoio da AdUFRJ – entre outras entidades.

No evento, Nassif conversou com o **Jornal da Adufrrj**. Confira ao lado.

ENTREVISTA LUIZ NASSIF



Jornal da Adufrrj - O Ministro da Educação associa as universidades ao tráfico de drogas. Como chegamos a isso?

● **Luis Nassif** - No Brasil, houve uma cooptação do discurso da ultradireita, principalmente através da revista Veja, com a geração de factóides. Acharam que iam instrumentalizar essa direita e depois colocar de volta no pote. E a direita ganhou vida própria com as redes sociais e o whatsapp, criando seus factóides. Não tem hierarquia de conhecimento, da análise. Se um catedrático faz uma afirmação e um imbecil faz outra, as duas se equivalem.

“O Lula faz parte do jogo institucional. O Bolsonaro é um cara que quer destruir a democracia.”

LUIZ NASSIF
Jornalista

Por que o senhor expressou ceticismo em relação ao movimento em curso no Chile?

● Um movimento como 2013 é tudo que eles querem. Você vê as provocações que são feitas [pelo governo Bolsonaro]. Essa Garantia da Lei e da Ordem, com autorização para os militares e policiais, com excludentes de ilicitude. Tudo que querem é uma movimentação tipo Chile para justificar uma intervenção e o fim da democracia no Brasil.

Qual é o caminho então?

● É preciso um grande pacto nacional que amplie, que saia das esquerdas, que fique junto aos setores democráticos que não são de esquerda. Existem esses setores democráticos. A mídia deve parar com esse jogo de tentar criar polarização entre Lula e Bolsonaro. Não existe isso: o Lula faz parte do jogo institucional, o Bolsonaro é um cara que quer destruir a democracia. O PT tem que abrir espaço, perder essa veleidade de ser o protagonista único. Os demais partidos precisam ter o bom senso de perceber que, se vier a ditadura, perdem todos.

MUSEU DOM JOÃO VI: RICO ACERVO ESTÁ FECHADO HÁ TRÊS ANOS

ARTHUR BOMFIM
arthur@adufrrj.org.br

Um dos acervos mais raros e bonitos da UFRJ não pode ser visitado pela comunidade acadêmica há mais de três anos. Localizado no sétimo andar do prédio da reitoria, o Museu Dom João VI, da Escola de Belas Artes (EBA), está fechado desde o incêndio ocorrido em outubro de

2016 no topo do edifício. Apenas funcionários e alguns professores acessam o local para procedimentos mínimos de preservação das obras.

O Museu não foi atingido pelas chamas – que destruíram parte do oitavo andar – mas fica na área interdita do prédio, ainda sem energia e água. As peças, algumas do século XV, ficam na escuridão.

“Esse museu recebia muitas visitas do corpo docente e é um espaço de pesquisa. Recebíamos pesquisadores de diversos países”, lamenta Andrea Balduino, funcionária do local. “Hoje, não podemos receber os pesquisadores nem agendar visitas. Foi um dos prejuízos do incêndio”, completou.

O medo de uma nova tragédia também faz parte do cotidiano

de quem trabalha no espaço. “Uma das nossas prioridades é tirar o museu daqui do sétimo andar. Se houver um incêndio, perdemos tudo, porque não tem por onde sair”, disse Marize Malta, coordenadora do setor de memória e patrimônio do Museu D. João VI.

Marize e os demais funcionários do espaço cumprem uma rotina diária de cuidados com

o museu. Eles se deslocam até o sétimo andar para abrir as janelas e arejar as salas, garantir a conservação e preservação das obras e manter os projetos de catalogação e restauração de diferentes itens com o apoio de estudantes da EBA. Graças a uma ligação elétrica feita a partir do quarto andar, o Museu consegue sustentar o funcionamento de alguns computadores e ventiladores. Mas, em dias quentes, não há como evitar o mal-estar das pessoas. Por falta de espaço, muitas peças estão espalhadas sobre as mesas das salas de trabalho dos funcionários.

O Museu existe para contar a história do ensino da arte no

Brasil. Reúne um acervo repleto de pinturas, esculturas, gravuras e outros trabalhos de grandes mestres como Pedro Américo, Grandjean de Montigny e Cândido Portinari. Parte integrante do acervo de esculturas, uma imagem de Nossa Senhora da Conceição, de autoria desconhecida, já sobreviveu a dois incêndios: o primeiro, quando estava na capela do Palácio Universitário, em 2011, na Praia Vermelha, e o segundo, no prédio da reitoria, de 2016.

REITORIA

A Reitoria da UFRJ promete empenho na recuperação dos

FOTOS: FERNANDO SOUZA



AS ESCURAS pinturas não podem ser apreciadas pelo público

andares atingidos pelo incêndio. Mas não deu previsão para o retorno do funcionamento normal do Museu. Além disso, informou que há projeto para a construção de um prédio, ao

lado do atual, que receberia a EBA – hoje dispersa pelo Fundão – e seu Museu. A estimativa de investimento é de R\$ 35 milhões, verba que a universidade não tem.



IMAGEM de Nossa Senhora já sobreviveu a dois incêndios na UFRJ



FÍSICAS seguem o exemplo da polonesa naturalizada francesa Marie Curie (1867-1934), a primeira mulher a ser laureada com um Prêmio Nobel, em 1903

Herdeiras de Marie Curie: elas querem mais respeito

> Expressões preconceituosas no cotidiano da unidade motivaram criação do núcleo, no início de 2019. Coletivo foi batizado com o nome de Elisa Frota-Pessôa, primeira física formada pela universidade

GIULIA VENTURA
giulia@adufrrj.org.br

Você não tem a cara da Física”, “caloura bonitinha”, “você não vai passar do Cálculo 2”. Expressões ofensivas como estas ouvidas no cotidiano do Instituto de Física inspiraram as pós-graduandas Carolina Gigliotti e Larissa Inácio a criar o coletivo feminista Elisa Frota-Pessôa (Comef), no início deste ano.

O nome é uma homenagem à primeira física formada pela Universidade do Brasil. Elisa escreveu o primeiro artigo científico do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) – que ajudou a fundar –, em conjunto com Neusa Amato, em 1950.

O “estalo” para a criação do coletivo, que conta com o apoio das professoras

da unidade, veio durante a II Semana da Física na UFRJ, em 2016, com a mesa-redonda das “Mulheres na Ciência”, quando todas pararam para refletir sobre a reduzida participação feminina no curso. “Quando acabou o evento, foi muito emocionante. Era uma coisa que precisava acontecer”, contou Carolina. Reuniões começaram a ser feitas no horário do almoço, congregando alunas da graduação e da pós-graduação. Mas, sem planejamento, a iniciativa não foi adiante.

Foi a sensação de solidão que impulsionou Larissa a não desistir do coletivo de lá para cá. A aluna não conseguia puxar matérias dentro do curso de Física, por conta dos horários de trabalho e de assuntos pessoais, e sempre se sentiu muito sozinha em outras matérias da área de exatas. “Esse sentimento é completamente desnecessário”, afirmou.

Já com Carolina, a situação foi um pouco diferente e mais conturbada. “Sofri com o machismo estrutural e com o assédio velado”, contou, após ingressar no instituto. Quando conseguiu entrar para a monitoria de uma das matérias, descobriu que faziam piadinhas sobre ela nos corredores. “Diziam que eu dava mole para o professor”. Foi quando entendeu que situações semelhantes não aconteciam apenas com ela.

No começo de 2019, as duas alunas voltaram a se reunir e criaram uma identidade visual para o núcleo, que foi formalizado. Um dos projetos que o coletivo pretende desenvolver em 2020 é a instalação de painéis em todos os corredores do Instituto para as alunas da Física registrarem denúncias dos preconceitos sofridos, de forma anônima. O entendimento é que muitos relatos não são compartilhados para evitar a retaliação

de professores e colegas. A ação poderá ser estendida para outros cursos.

Outra ação do grupo é conversar bastante com as colegas sobre a evasão. “Se você quer desistir da Física por não se identificar com o curso, tudo bem. Mas não saia por não se achar capaz”, argumentou Carolina.

ATIVIDADE NO SÁBADO

No sábado (7), o Comef realizará uma atividade em parceria com os participantes do projeto de extensão “Tem Menina no Circuito”. Durante o evento, o coletivo irá projetar imagens de professoras e alunas da Física, informando a área em que trabalham, se têm filhos e o que gostam de fazer no tempo livre, motivando as crianças a fazerem o curso. “Nosso objetivo é mostrar que ela é uma mulher e o que gosta de fazer para além da universidade. Ela não é restrita à Física”, disse Carolina.

CASA DA CIÊNCIA RECEBE PROJETO “TEM MENINA NO CIRCUITO”

■ A Casa da Ciência vai abrir as portas para uma atividade do projeto de extensão “Tem Menina no Circuito”. Oficinas, bate-papo com professoras da Física e experimentos vão tomar conta do local, entre 13h e 18h, no sábado (7). O objetivo é incentivar as alunas das escolas a ingressarem em carreiras de ciências exatas.

Duas linhas de trabalho são seguidas pelo projeto. Uma delas é feita nas próprias escolas; a outra é a divulgação científica para o público em geral, realizada em diferentes lugares. Atividades como as programadas para a Casa da Ciência já ocorreram no Museu do Amanhã, no Museu de Astronomia e Ciências Afins e até no meio da rua: na Cinelân-

dia, no Largo do Machado e na Quinta da Boa Vista.

“No início do ano, vamos às escolas, visitamos todas as turmas de primeiro ano e fazemos uma atividade com a turma toda”, conta a professora Thereza Paiva, que integra o projeto ao lado das docentes Elis Sinnecker e Tatiana Rappoport. “Nesse encontro, conhecemos as meninas e apresentamos o projeto, explicando que temos essa atividade semanal e quem quiser vir é bem-vindo”.

O primeiro “fruto” foi colhido em 2016. Gabriella Galdino, ex-aluna do Colégio Alfredo Neves, de Nova Iguaçu, onde o projeto começou, foi a primeira menina participante do Tem Menina no Circuito a ingressar na universi-

dade. A estudante iniciou seus estudos no Instituto de Física em 2016.

“Eu nunca fazia Física, mas com as atividades que realizávamos no projeto, comecei a me familiarizar mais com o curso”, conta. “Sempre quis a UFRJ e hoje eu sei que isso foi por conta do vínculo que criei visitando a instituição com o grupo”.

“A expectativa nessas escolas é de que o ensino médio seja terminal. Os alunos já saem de lá em busca de um emprego”, observa a professora Thereza. “Quando conseguimos trazer uma menina dessas escolas para a UFRJ ou para qualquer outra universidade, já é um conquista enorme. Esse contato é muito importante”, completa.



EXPERIMENTOS vão educar e divertir as crianças no evento



SERVIÇO

A entrada na Casa da Ciência é gratuita e as vagas são limitadas, senhas serão distribuídas no local 20 minutos antes do início do evento.